

O Método Jacotot e a Crítica À Sociedade Pedagogizante na Obra De Jacques Rancière: O Mestre Ignorante - Cinco Lições Sobre A Emancipação Intelectual¹

The Jacotot method and the critique of the pedagogical society in the work of Jacques Rancière: The Ignorant Master - five lessons on intellectual emancipation.

Fernando Fagundes Marques²; Ana Maria Brito Sanches³.

RESUMO: À luz da obra do filósofo argeliano Jacques Rancière, intitulada, O mestre ignorante (2020), este trabalho pretende expor o método do “extravagante” pedagogo francês Joseph Jacotot, que revolucionou a Europa no início do século XIX ao proclamar a palavra de ordem da emancipação intelectual do educando, a saber, que “todos os homens têm igual inteligência”. O pedagogo critica aí o que chama de “sociedade pedagogizada”, afirmando que esta, longe de realizar a tarefa atribuída ao ensino “de reduzir tanto quanto possível a desigualdade social, reduzindo a distância entre ignorantes e o saber”, só faz ampliar esse abismo ao reproduzir incessantemente técnicas pedagógicas que eternizam a desigualdade de inteligências entre educadores e educandos. Tais técnicas visam fazer o aluno compreender e, para tanto, é preciso explicar. Funda-se aí o que ele chama de “mito pedagógico” da explicação. Em seu método - descoberto por acaso a partir de uma experiência vivida -, Jacotot pretende mostrar que “a explicação não é necessária para socorrer uma incapacidade de compreender”. Essa incapacidade é, antes, “a ficção estruturante da concepção explicadora” - o mito pedagógico da explicação, que ele chama de “princípio do embrutecimento”. Para emancipar intelectualmente o educando ele propõe o método do Ensino Universal.

Palavras-Chave: mito pedagógico, ensino universal, emancipação intelectual.

ABSTRACT: In the light of the work of the Algerian philosopher Jacques Rancière, entitled The ignorant master (2020), this work aims to expose the method of the “extravagant” French pedagogue Joseph Jacotot, who revolutionized Europe in the early nineteenth century by proclaiming the watchword of intellectual emancipation of the learner, a saber, that “all men have equal intelligence”. The pedagogue criticizes what he calls a “pedagogized society”, stating that this, far from carrying out the task assigned to teaching “of reducing as much as possible social inequality, related to the distance between the ignorant and knowledge”, only widens this abyss to the to incessantly reproduce pedagogical techniques that perpetuate the inequality of intelligence between educators and students. These techniques aim to make the student understand and, therefore, it is necessary to explain. Therein is founded what he calls the “pedagogical myth” of explanation. In his method - discovered by chance from a lived experience -, Jacotot intends to show that “an explanation is not necessary to help an inability to understand”. This inability is, rather, “a structuring fiction of the explaining conception” - the pedagogical myth of explanation, which he calls “the principle of brutalization”. To intellectually emancipate the student elected the Universal Teaching method.

Keywords: pedagogical myth, universal education, intellectual emancipation.

¹ Este trabalho é uma adaptação do Trabalho de Conclusão de Curso de licenciatura em Filosofia da Universidade P. Mackenzie defendido em 2021.

² Licenciado em Filosofia em 2021 pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. <http://lattes.cnpq.br/4987836561449143>

³ Doutora e Mestre em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, profa. aposentada do curso de filosofia da Universidade Presbiteriana Mackenzie. <http://lattes.cnpq.br/2792159223969477>



INTRODUÇÃO

“Único entre todos os animais, o homem foi justamente chamado anthropos, porque ele examina o que viu (anathrôn haapôpê)”.
(PLATÃO, *Crátilo*, 399.c.).

Corria o ano de 1818, quando o extravagante pedagogo francês, Joseph Jacotot, teve uma aventura intelectual que se tornou a base fundamental de seu método de ensino, descoberto por acaso: o Ensino Universal. É sobre este personagem e seu método de Ensino Universal que se ocupa a obra do filósofo argeliano Jacques Rancière, intitulada, *“O mestre Ignorante - Cinco lições sobre a Emancipação Intelectual”*. À luz dessa obra, o presente trabalho pretende expor o método de Ensino Universal do pedagogo Jacotot, como um método possível de ser aplicado, sobretudo na educação de adolescentes e adultos, a partir de uma reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas em vigor, que estão longe de promover a tão almejada emancipação intelectual do educando, uma vez que, têm por pressuposto a desigualdade de inteligências entre professor e aluno.

Também denominado por Rancière (2020) “método da vontade”, “método da emancipação”, “método universal” ou “método do acaso”, o Método Universal é “o método natural do espírito humano, de todos os homens que buscam seu próprio caminho. (RANCIÈRE, 2020, p. 147). Está fundado sobre “a opinião da igualdade” - em oposição ao preconceito da desigualdade das inteligências -, “e na recusa das explicações” (p. 146).

Segundo Rancière (2020, p. 147):

É [...] preciso anunciar o Ensino Universal a todos. Antes de tudo, aos pobres, sem qualquer dúvida: eles não têm outro meio de se instruírem, não podem pagar explicadores particulares, nem passar longos anos nos bancos escolares. Acima de tudo, é sobre eles que pesa mais fortemente o preconceito da desigualdade das inteligências. São eles que devem ser reerguidos de sua posição de humilhação. O Ensino Universal é o método dos pobres. Mas ele



não é um método “de” pobres. É um método de homens, isto é, de inventores. Quem o empregar, quaisquer que sejam sua ciência e posição social, multiplicará seus poderes intelectuais.

O Ensino Universal como exposto na obra de Rancière, considera que os métodos tradicionais explicadores, tem por pressuposto a desigualdade de inteligências entre professor e aluno, em que, aquele possui uma “mente superior”, e este, uma “mente inferior”. Nesse sentido, o método explicador é visto como sendo, ao mesmo tempo “embrutecedor”, já que reproduz, incessantemente, essa desigualdade, retardando e mesmo dificultando a emancipação intelectual do educando.

Assim sendo, o método do Ensino Universal se contrapõe aos métodos explicadores do ensino convencional, pois não deixa espaço para emancipação intelectual do educando.

Sobre os explicadores, afirma Rancière (2020, p. 42-43):

Eis a virtude dos explicadores: o ser que inferiorizaram, eles o amarram pelo mais sólido dos laços ao país do embrutecimento: a consciência de sua superioridade. Essa consciência, de resto, não mata os bons sentimentos. O pequeno cavalheiro instruído se comoverá, talvez, com a ignorância do povo e pretenderá trabalhar para sua instrução. Saberá que a coisa é difícil, diante de cérebros que a rotina endureceu, ou que a falta de método perdeu. Mas, se ele é devotado, ele saberá que há um tipo de explicações adaptado para cada categoria, na hierarquia das inteligências: ele buscará se colocar a *seu nível*.

Apesar de ser esquecido no museu das novidades pedagógicas, sendo resgatado apenas a partir de 1987 pelo filósofo Jacques Rancière, [...]o método de Ensino Universal teve amplo alcance no século XIX, estendendo-se para diferentes regiões. Muitos adeptos do método se levantaram, mas, também, como esperado, receberam duras críticas de acadêmicos, jornalistas e da sociedade de sábios da época. (TONIATTI, 2015, p. 45).

Para melhor desenvolvimento do tema, este trabalho está estruturado em quatro capítulo e/ou seções.



Em primeiro lugar, considera-se importante uma apresentação da vida e obra de Jacques Rancière - um autor pouco conhecido e cujas obras, conseqüentemente, têm sido pouco exploradas.

Em segundo lugar, pretende-se expor o método do Ensino Universal, a partir da “aventura intelectual” ou experiência vivida pelo pedagogo Joseph Jacotot, conforme se apresenta na obra de Rancière e fonte de sua inspiração para esta sua obra.

Em terceiro lugar, será exposta a crítica de Rancière ao sistema pedagogizante, ou na expressão usada pelo autor, à “sociedade pedagogizante”, que é também uma crítica implícita na experiência do personagem de sua obra, o pedagogo Joseph Jacotot.

Esse percurso se encerra, mostrando qual é o papel do professor ou Mestre Ignorante no método do Ensino Universal, segundo a análise de Rancière.

1. JACQUES RANCIÈRE: SUA VIDA E SUA OBRA

Jacques Rancière (1940) é um filósofo nascido na Argélia, com nacionalidade francesa, que fez contribuições importantes para a filosofia política, a filosofia da educação e a estética do final do século XX. Ele estudou filosofia na *École Normale Supérieure* em Paris com o filósofo marxista estruturalista Louis Althusser. Em 1969 ingressou no corpo docente de filosofia do recém-criado *Centre Universitaire Expérimental de Vincennes*, que se tornou a Universidade de Paris VIII, em 1971. Lá permaneceu até sua aposentadoria como professor emérito, em 2000. Também atuou como professor de filosofia na *European Graduate* Escola em *Saas-Fee*, Suíça.

Rancière contribuiu para a edição francesa original da *Lire* "Le Capital" de Althusser (1965), que tentou elucidar uma teoria científica da história nas obras posteriores de Karl Marx.

Após a revolta de estudantes e trabalhadores em Paris em maio de 1968, ele rompeu com seu mestre Althusser, devido à sua ênfase excessiva no papel necessário da vanguarda intelectual, que foi desmentida pelas revoltas populares nas ruas de



Paris naquele ano. Em oposição ao marxismo teórico de Althusser, Rancière sustentou que os trabalhadores são perfeitamente capazes de compreender sua própria opressão e de se emancipar sem orientação de uma classe de teóricos de elite. Posteriormente explorou o que considerou ser a suposição comum entre os filósofos ocidentais de que os trabalhadores são incapazes de um pensamento sério, argumentando em *Le Philosophe et ses pauvres* (1983) que a filosofia ocidental desde Platão se definiu em oposição direta ao trabalho manual.

O tema central das filosofias educacional e política de Rancière é a igualdade radical. Segundo ele, a divisão de trabalho, responsabilidade e poder característicos das ordens sociais não igualitárias se baseiam, em parte, em suposições espúrias sobre as diferenças nas capacidades mentais dos indivíduos. A suposição de que algumas pessoas são naturalmente mais inteligentes do que outras, ele insiste, não é sustentada por diferenças no desempenho educacional e outras evidências, as quais podem ser explicadas de outras maneiras.

De acordo com Rancière, todas as ordens sociais são reforçadas e refletidas na distribuição do sensível (corpos e vozes) que são efetivamente visíveis, dizíveis ou audíveis (ou invisíveis, indizível ou inaudível), junto com suposições implícitas sobre as capacidades naturais de diferentes indivíduos e grupos. Em algumas sociedades, por exemplo, trabalhadores braçais, pobres, desempregados, imigrantes, minorias étnicas e outros grupos podem ser amplamente não reconhecidos e suas aspirações, reclamações e interesses não tanto descartados como simplesmente invisíveis ou não ouvidos. Correlativamente, os trabalhadores como classe podem ser tacitamente vistos como preguiçosos, ignorantes e egoístas.

No uso peculiar de Rancière, o termo polícia refere-se às regras e convenções que impõem distribuições não igualitárias do sensível, juntamente com as crenças e valores amplamente ideológicos que justificam as ordens sociais não igualitárias como justas, democráticas, inclusivas, baseadas no consenso ou em algum sentido natural ou necessário. Exemplos deste último incluem a distinção público-privado, que é usada para excluir disputas salariais do âmbito da tomada de decisão pública; a noção de identidade cultural nacional, que é usada para apoiar restrições aos direitos de



grupos de imigrantes; e o tema do “realismo” político ou econômico, que é usado para lançar o *status quo* não igualitário como necessário e para descartar aqueles que discordam como sonhadores utópicos.

Um dos aspectos mais originais do pensamento de Rancière é sua ênfase na dimensão "estética" da política e na dimensão "política" da estética.

Rancière distingue três regimes artísticos: o ético, o representacional e o estético. Sob o “regime ético das imagens”, que ele associa ao estado ideal de Platão, a arte estritamente falando não existe, e as imagens visuais ou literárias, entendidas como cópias de coisas reais ou verdadeiras, são produzidas apenas para reforçar a ordem na sociedade. O “regime representacional da arte”, que começa com Aristóteles, define hierarquias de formas artísticas, reconhece a natureza distinta da criatividade artística e libera o artista do serviço direto ao Estado, embora seu trabalho ainda deva servir a um propósito salutar.

Sob o regime estético da arte, que abrange a ascensão do Modernismo, as hierarquias e convenções clássicas são derrubadas em novas misturas de formas e assuntos; temas religiosos e aristocráticos são substituídos por aqueles que mais se aproximam da vida cotidiana; e a arte é reconhecida como valiosa em si mesma. Por envolver, portanto, uma afirmação radical de igualdade contra as hierarquias da arte, o regime estético, segundo Rancière, é análogo à ação política contra as hierarquias da sociedade.

As principais obras publicadas de Rancière, além das mencionadas acima, incluem *La Nuit des prolétaires* (1981); *Mots de l'histoire: essai de poétique du savoir* (1992); *Partage du sensible: esthétique et politique* (2000); *The Politics of Aesthetics: The Distribution of the Sensible* e *Le Spectateur émancipé* (2009).



2.0 MÉTODO UNIVERSAL: A AVENTURA INTELLECTUAL DE JACOTOT NA OBRA DE JACQUES RANCIÈRE

Na obra *‘O Mestre Ignorante: Cinco Lições Sobre Emancipação Intelectual’*, Rancière deseja revisitar certos princípios sobre os quais o sistema de educação moderno se baseia, com o objetivo de realizar uma reflexão crítica nos fundamentos da pedagogia. Para fazer isso, ele conta a história de Joseph Jacotot, um professor francês que foi incumbido de ensinar alunos flamengos. O problema era que ele próprio não conhecia o dialeto flamengo¹ e os alunos flamengos não sabiam francês.

Joseph Jacotot era um conferencista na França que foi exilado nos Países Baixos na mudança dos regimes². Nos Países baixos ele foi nomeado professor pela generosidade do rei. Guilherme I (Haia, 24 de agosto de 1772 – Berlim, 12 de dezembro de 1843). Contudo, o problema para exercer a função de professor, era que Jacotot não falava flamengo e os alunos não falavam francês.

Para estabelecer uma ligação mínima, Jacotot escolheu a edição bilingue do *Telêmaco* (um romance didático francês de François Fénelon), e com a ajuda de um intérprete, Jacotot pediu aos alunos que aprendessem o texto em francês com a ajuda desta edição bilíngue, que tem o francês e o flamengo lado a lado. Ele pediu que repetissem o mesmo exercício depois que metade do texto estivesse pronto.

Suas próprias expectativas com relação a este exercício eram mínimas, este era apenas um último recurso para Jacotot, mas o experimento excedeu as

¹ Após a queda do Império Napoleônico, as potências europeias incorporaram o território belga à coroa holandesa, que tentou impor o holandês como língua oficial. Com revoltas nacionalistas no ano de 1830 surge o Estado belga, cuja constituição só reconhecia o francês como língua oficial, porém possui 3 línguas sendo faladas em seu território. Além do francês, há o flamengo e o alemão, falado por uma parcela muito pequena da população.

Os defensores do flamengo – [...] no final do século XIX deram os primeiros passos para a implementação em 1883 do ensino primário Flamengo na região norte do país chamada de Flandres. Sucessivas leis foram igualando o flamengo e o francês, o que levou a uma situação legislativa muito restritiva no que diz respeito às línguas. <https://www.listenandlearn.com.br/blog/belgica-um-pais-comtres-linguas-e-pouca-uniao/> (acesso em 28 nov. 21)

² “...período da história da França vai de 1814, com a queda do Império de Napoleão Bonaparte, até 1830, com a Revolução de Julho. Tem como principal característica a restauração da monarquia. Dois irmãos de Luís XVI acedem ao poder: Luís XVIII (1814-1824) e Carlos X (1824-1830). Trata-se de uma reação política, social e cultural, dirigida contra os ideais da Revolução e do Império de Napoleão – o usurpador. A Restauração substituiu a bandeira tricolor, símbolo da Revolução e dos valores republicanos, pela bandeira branca, emblema da monarquia.” (BOXUS, 2010, p, 51)



expectativas do mestre, visto que os alunos mostraram uma melhora marcante em sua compreensão do francês.

Ele não lhes havia explicado a ortografia e as conjugações. Sozinhos, eles haviam buscado as palavras francesas correspondentes àquelas que conheciam, e as razões de suas desinências. Sozinhos eles haviam aprendido a combiná-las, para fazer, por sua vez, frases francesas: frases cuja ortografia e gramática tornavam-se cada vez mais exatas, à medida em que avançavam na leitura do livro; mas, sobretudo, frases de escritores, e não de iniciantes. Seriam, pois, supérfluas as explicações do mestre? Ou, se não o eram, para que e para quem teriam, então, utilidade? (RANCIÈRE, 2020, p. 20).

Rancière ainda reforça, que mesmo o mestre (Jacotot) não intervindo diretamente no processo foi por seu intermédio que o artefato (a obra *Telêmaco*), que continha o conhecimento, chegou às mãos dos alunos e estabeleceu um “[...] laço intelectual igualitário entre o mestre e o aluno. Esse dispositivo permitia destrinchar as categorias misturadas do ato pedagógico [...].” (RANCIÈRE, 2020, p. 31).

Jacotot era um professor progressista e entendeu que ensinar não é estudar, mas o que ele descobriu neste experimento não eram argumentos para esta forma progressista do professor, pois, como Rancière nos aponta, as observações de Jacotot deslocam completamente a ideia moderna do próprio professor.

[...]sabia que não se tratava de entupir os alunos de conhecimentos, fazendo-os repetir como papagaios, mas, também, que é preciso evitar esses caminhos do acaso, onde se perdem os espíritos ainda incapazes de distinguir o essencial do acessório; e o princípio da consequência. Em suma, o ato essencial do mestre era *explicar*, destacar os elementos simples dos conhecimentos e harmonizar sua simplicidade de princípio com a simplicidade de fato, que caracteriza os espíritos jovens e ignorantes. (RANCIÈRE, 2020, p. 19, grifos do autor).

Um ponto muito importante é que Jacotot trata com alunos já alfabetizados, visto que o método que vamos compreender aqui não se enquadra para a alfabetização de crianças e sim para jovens e adultos já alfabetizados e com base interpretativa.



Nesta jornada, o que surge é um experimento filosófico interessante que se baseia no fato de que os humanos podem aprender espontaneamente uma nova língua, se prestarem atenção a ela, e isso pode ser feito sem qualquer explicação.

Por meio da experiência da criança, do sábio e do revolucionário, o método do *acaso* praticado com sucesso pelos estudantes flamengos revelava seu segundo segredo. Esse método da *igualdade* era, antes de mais nada, um método da *vontade*. Podia-se aprender sozinho, e sem mestre explicador, quando se queria, pela tensão de seu próprio desejo ou pelas contingências da situação. (RANCIÈRE, 2020, p. 30, grifos do autor).

Esse experimento para Rancière pôde mudar potencialmente a maneira como vemos o ensino como profissão. Igualdade - em sua mais radical -, está no cerne desta mudança. Na verdade, em sua tese, a igualdade também está no centro do impasse que o ensino enfrenta como profissão. O impasse para Rancière é criado por essa mesma suposição de um professor informado que tem uma reivindicação de conhecimento contra o aluno ignorante desinformado. Este impasse é a ideia do mestre explicador e embrutecedor.

Rancière afirma que:

O procedimento próprio do explicador consiste nesse duplo gesto inaugural: por um lado, ele decreta o começo absoluto — somente agora tem início o ato de aprender; por outro lado, ele cobre todas as coisas a serem aprendidas desse véu de ignorância que ele próprio se encarrega de retirar. (RANCIÈRE, 2020, p.24)

O filósofo nota essa súbita necessidade - de uma ordem explicadora já inserida dentro do sistema -, provocando um impasse no ato de aprender -, de certa forma obscura, mostrando que o aluno seria incapaz de aprender a partir dos livros e suas leituras, ou de qualquer outra forma independente, mas, sim, apenas com o auxílio de um mestre explicador.

Conforme Rancière (2020, p. 21) explana em sua obra:

[...] um livro entre as mãos do aluno. Esse livro é composto de um conjunto de raciocínios destinados a fazer o aluno compreender uma matéria. Mas, eis que, agora, o mestre toma a palavra para explicar o



livro. Ele faz um conjunto de raciocínios para explicar o conjunto de raciocínios em que o livro se constitui. Mas, por que teria o livro necessidade de tal assistência? Ao invés de pagar um explicador, o pai de família não poderia, simplesmente, dar o livro a seu filho, não poderia este compreender, diretamente, os raciocínios do livro? E, caso não o fizesse, por que, então, compreenderia melhor os raciocínios que lhe explicarão aquilo que não compreendeu? Teriam esses últimos uma natureza diferente? E não seria necessário, nesse caso, explicar, ainda, a forma de compreendê-los?

Rancière ainda completa dizendo:

A lógica da explicação comporta, assim, o princípio de uma regressão ao infinito: a reduplicação das razões não tem jamais razão de se deter. O que detém a regressão e concede ao sistema seu fundamento é, simplesmente, que o explicador é o único juiz do ponto em que a explicação está, ela própria, explicada. Ele é o único juiz dessa questão, em si mesma vertiginosa: teria o aluno compreendido os raciocínios que lhe ensinam a compreender os raciocínios?” (RANCIÈRE, 2020, p. 21).

O título do seu livro decorre do deslocamento deste profissional. A palavra 'Ignorante' aqui é usada para argumentar contra a hierarquia de inteligências que são consideradas necessárias nas salas de aula modernas, em contraste com o que o autor postula - certa igualdade de inteligências entre o aluno e o professor que a palavra 'Ignorante' compreende.

É, portanto, a partir deste ponto que Rancière questiona as pedagogias explicadoras, pois elas inibem a capacidade de inteligência do aluno, que ele chama de embrutecimento a partir do próprio mestre.

Quando se tem a ideia de que não existe igualdade, há o desequilíbrio, gerando, portanto, o embrutecimento. Em sala de aula, este embrutecimento não permite a manifestação das capacidades intelectuais, pois há a preocupação com julgamentos colocadas pela hierarquia de inteligências

3.A CRÍTICA AO SISTEMA PEDAGOGIZANTE

No tópico anterior, foi apresentada a experiência do pedagogo Jacotot, na obra de Rancière e, como, partindo do trabalho deste teórico educacional francês, Rancière



argumenta que qualquer um, não importa qual seja sua formação educacional, pode ensinar qualquer coisa a qualquer pessoa, usando técnicas que permitem aos alunos expressar sua própria inteligência, sem depender de um mestre explicador. O Mestre explicador seria o método tradicional, centrado no professor como detentor do conhecimento.

Neste momento, traça-se um panorama da construção do sistema pedagógico e a consequente crítica que o filósofo faz a esse sistema, a partir do próprio contexto histórico vivido pelo pedagogo Jacotot. Este participou de um período em que se viam emergindo experiências e reformas pedagógicas que prepararam o campo de instituição da escola pública obrigatória francesa, onde a ideia de educar o povo como um meio necessário para qualquer emancipação possível era amplamente compartilhada em sua época, de modo que a intervenção era necessária nas instituições para atingir tal objetivo (CASTILLO, 2013, p. 67).

O movimento revolucionário de 1789 dispensou especial atenção à educação popular e fundamental, ao passo em que a luta também foi em defesa de uma formação livre, laica, universal, obrigatória, pública e estatal, princípios que foram inscritos de maneira progressiva na legislação revolucionária francesa, desde a Constituição de 1791.

Na verdade, a Revolução Francesa pretendia criar um novo tipo de homem, emancipado e livre e, ao mesmo tempo, era preciso libertar a consciência popular das marcas e dos costumes herdados do passado de opressão da Monarquia absolutista. A instrução do povo através da escola era urgente e necessária, pois nesta visão, somente ela seria capaz de “imprimir na alma dos novos cidadãos o registro de uma sociabilidade sem precedentes que recriaria costumes, hábitos, valores e tradição” (BOTO, 1996, p. 99).

O Estado, representado pela instituição escolar, torna-se então o grande pedagogo, e o povo, aluno permanente.

Contudo, vale considerar que inaugurando a educação pública, esse mesmo Estado abriu caminho para a emancipação dos analfabetos, porém o objetivo para a emancipação não estava errado, mas sim o método para chegar a tal objetivo.



A instrução de um povo incapaz, guiado pela experiência, passa a ser tarefa de representantes do conceito soberano de povo, no qual o primeiro deve ser convertido. “[...] quer dizer, a direção dos ignorantes por aqueles que sabem, de indivíduos bloqueados em seu particularismo pelo universal da razão, de uma multidão estúpida para uma raça inteligente [...]” (JÓDAR E GÓMEZ, 2003, p. 247). Portanto, a própria ideia de educação pública tem como princípio a desigualdade de inteligências.

Aqui, vemos que a igualdade legal é o que se garante na normatização. No caso do Brasil, é abundante em todas as Cartas Magnas e procedimentos constitucionais, conforme explicitado no artigo 5º da Constituição e em relação ao presente trabalho, no Índice e nos Fundamentos da Educação e Sua Arte. É claro também que o legislador faz o cumprimento desse princípio. Portanto, em lei, se escreve que “o ensino se dará nos seguintes princípios: igualdade de acesso e escolaridade permanente” (BRASIL, 1996). LEI Nº 9.394

Porém, ao mesmo tempo que o fato de a igualdade estar tão clara na lei quanto deveria estar, no preâmbulo da Constituição de 1988, deixa claro seu propósito em “instituir o Estado Democrático, justo.” (BRASIL, 1988), ou melhor, de uma sociedade estabelecida e comprometida com os valores da democracia.

O estatuto jurídico da igualdade passou a ser questionado, visto que a prática muitas vezes não produzia os resultados esperados em situações reais de desigualdade, o que gerava uma situação social de desigualdade.

Mesmo a igualdade a que se refere a Declaração dos Direitos Humanos e do Cidadão de 1789 nada mais é do que uma previsão de propósito educacional e político, declarando que “ao conhecer seus direitos, o povo veria sentido em amá-los e defendê-los” (BOTO, 1996, p. 71)

Veja que ao falarmos da constituição Francesa que ali se instaurava no século XIX e falarmos do Brasil da Constituição de 1988 no Brasil, vemos o mesmo objetivo quanto a instrução popular. E não é novidade que a emancipação popular através da instrução ainda não foi cumprida, bem como sua soberania. Tal soberania se mostra como um ideal a ser realizado, pois jamais será palpável, por aquilo que a sociedade impõe em suas leis e corporações explicadoras.



Voltando à Jacotot, no século XIX, poderíamos afirmar que o francês se rebelou contra esta visão, pois a emancipação, segundo ele, se dá entre indivíduos, que se consideram iguais, nunca por meio de instituições.

A lógica da Escola republicana de promoção da igualdade pela distribuição do universal do saber faz-se sempre, ela própria, prisioneira do paradigma pedagógico que reconstitui indefinidamente a desigualdade que pretende suprimir. A pedagogia tradicional da transmissão neutra do saber, tanto quanto as pedagogias modernistas do saber adaptado ao estado da sociedade mantêm-se de um mesmo lado, em relação à alternativa colocada por Jacotot. Todas as duas tomam a igualdade como objetivo, isto é, elas tomam a desigualdade como ponto de partida.

As duas estão, sobretudo, presas no círculo da sociedade pedagogizada. Elas atribuem à Escola o poder fantasmático de realizar a igualdade social ou, ao menos, de reduzir a "fratura social (RANCIÈRE, 2020, p. 14).

Rancière ainda reforça que:

Instruir pode, portanto, significar duas coisas absolutamente opostas: confirmar uma incapacidade pelo próprio ato que pretende reduzi-la ou, inversamente, forçar uma capacidade que se ignora ou se denega a se reconhecer e a desenvolver todas as consequências desse reconhecimento. O primeiro ato chama-se embrutecimento e o segundo, emancipação. No alvorecer da marcha triunfal do progresso para a instrução do povo, Jacotot fez ouvir esta declaração estarrecedora: esse progresso e essa instrução são a eternização da desigualdade. (RANCIÈRE, 2020, p. 11-12).

Segundo o Ensino Universal, a educação não deve começar da desigualdade e nem ser cancelada com ações corretivas, a fim de, tornar igual a desigual (CERLETTI, 2003). Mas, ao contrário, devem reconhecer a igualdade entre as inteligências, que horizontaliza relações de poder e desperta em cada um o protagonismo intelectual.

Segundo Jacques Rancière:

[...] a distância que a Escola e a sociedade pedagogizada pretendem reduzir é aquela de que vivem e que não cessam de reproduzir. Quem estabelece a igualdade como *objetivo* a ser atingido, a partir da situação de desigualdade, de fato a posterga até o infinito. A igualdade jamais vem após, como resultado a ser atingido. Ela deve sempre ser colocada antes. A própria desigualdade social já a supõe: aquele que obedece a uma ordem deve, primeiramente, compreender a ordem dada e, em seguida, compreender que deve obedecê-la.



Deve, portanto, ser já igual a seu mestre, para submeter-se a ele [...] (RANCIÈRE, 2020, p. 11, grifo do autor).

Durante o século XIX, existiu uma discussão sobre a quem deveria ser delegado da instrução do povo e considerou-se se ele seria o responsável pela tarefa de instrução sem esperar pelo governo ou clero.

Havia, à época, muitos tipos de homens de boa vontade que se preocupavam com a instrução do povo: homens da ordem queriam levar o povo a se colocar acima de seus apetites brutais; homens de revolução queriam conduzi-lo à consciência de seus direitos; homens de progresso desejavam, pela instrução, atenuar o abismo entre as classes; homens de indústria sonhavam, por seu intermédio, conceder às melhores inteligências populares os meios de uma promoção social. Todas estas boas intenções encontravam um obstáculo: os homens do povo têm pouco tempo e, menos ainda, dinheiro para investir nessa aquisição. Assim, procurava-se um meio econômico de difundir o mínimo de instrução julgada necessária e suficiente para, conforme o caso, realizar o aprimoramento das populações laboriosas. Entre os progressistas e os industriais, um método desfrutava, então, de grande reputação: o Ensino Mútuo. Ele permitia reunirem um vasto local um grande número de alunos, divididos em destacamentos, dirigidos pelos mais avançados entre eles, que eram promovidos à função de monitores. Desse modo, o mandamento e a lição do mestre irradiavam-se por intermédio desses monitores sobre toda a população a ser instruída. A perspectiva agradava aos amigos do progresso: é assim que a ciência se difunde, dos píncaros até as mais modestas inteligências. (RANCIÈRE, 2020, p. 26-37)

Porém, com o fortalecimento do Estado, a missão de compensar o atraso geral da maioria da população, uma vez que os pais de família eram analfabetos, o que tornava impensável a ideia de que ele poderia se instruir. E a eficiência dos métodos foi medida por sua capacidade de ensinar mais, ao número máximo de ignorantes quanto possível.

O problema é que todo o ensino clássico é baseado em uma ideia supostamente neutra da explicação-transmissão, com uma matriz que sustenta que existe um conhecimento que o mestre detém e transmite ao aluno que, por sua vez, não possui, nem pode possuir sem a devida explicação do mestre:

Mas o reconhecimento dessa distinção entre quem sabe e quem não, que a própria existência de qualquer magistério é inerente, não apenas definindo a relação que cada pessoa tem com o conhecimento, como, e isso é o mais importante, demarca uma série de estamentos. Na verdade, tomar consciência da segmentação que o domínio produz de determinado conhecimento faz com



que cada um internalize o lugar que ocupa, vendo que a possibilidade de ascensão está ligada à subordinação –à primeira vista, intelectual - para um explicador. (CERLETTI, 2003, p. 301-302).

Há necessidade da existência de mediadores sociais em nome da incapacidade técnica ou operacional de pedagogos, economistas, tecnocratas, políticos, entre outros (CERLETTI, 2003). Então, a sociedade faz a segmentação de corpos e lugares, que para Rancière é capaz de embrutecer, porque hierarquiza inteligências, as dividindo em inferiores e superiores.

Observa-se aqui que há o objetivo de acabar com as desigualdades e ter uma sociedade de emancipados. Mas este é o problema, pois o método utilizado para tal se inicia se baseando em que todos não são iguais, ao admitir que alguns sabem e que outros não sabem.

Aqui estamos falando das instituições pedagógicas que perpetuam este ensino em massa que tem como característica, conforme já vimos, um método explicador.

Neste ponto, Rancière questiona as pedagogias que giram em torno da explicação, pois elas inibem a capacidade de inteligência do aluno, que ele chama de embrutecimento a partir do próprio mestre. Conforme afirma o autor, “Com efeito, sabemos que a explicação não é apenas o instrumento embrutecedor dos pedagogos, mas o próprio laço da ordem social” (2020, p. 162).

Fica aqui clara a crítica ao método pedagógico tradicional que é explicadora e que embrutece. O embrutecimento é o que se opõe à emancipação, portanto o ensino que deveria emancipar, embrutece.

Dentro dessa nova perspectiva de ensino, excluindo o mestre como explicador, se vê uma possibilidade de despertar a experiência de ensinar pela via do não saber, como pela experiência do pedagogo Joseph Jacotot. Rancière demonstrou que é possível ensinar sem usar o método explicativo e sem ter pleno conhecimento das coisas, através da criação de meios e da utilização de instrumentos que auxiliem no processo de ensino, como ele demonstrou em suas experiências de ensino que é possível pensar a realização do ensino por não saber, como Sócrates pregava e fazia com seus discípulos, usando a maiêutica e a ironia, superando a desigualdade



inerente à lógica da explicação, pois quem manda tem certo poder e o outro acaba por obedecer.

Com este método Jacotot foi capaz de tirar seus alunos da escuridão que é o embrutecimento e trazê-los à emancipação. Segundo Rancière, “...emancipar queria dizer substituir as trevas pela luz...” (RANCIÈRE, 2020, p.160).

Nesse sentido, seu método de ensino segue a lógica de reconhecer que todas as inteligências são iguais e que o professor não precisa necessariamente conhecer a disciplina que está ensinando, mas deve acompanhar o trabalho do aluno e o desenvolvimento de sua autonomia.

Nesse sentido o papel do mestre é ser uma ponte. Conforme diz Rancière: “O segredo do mestre é saber reconhecer a distância entre a matéria ensinada e o sujeito a instruir, a distância, também, entre *aprender e compreender*.” (RANCIÈRE, 2020, p. 21-22).

O Compreender é a palavra principal no processo de emancipação. Ela é o divisor de águas no entendimento do homem:

[...]é essa pequena palavra, exatamente esta palavra de ordem dos esclarecidos – *compreender* – a causadora de todo o mal. É ela que interrompe o movimento da razão, destrói sua confiança em si, expulsa de sua via própria, ao quebrar em dois o mundo da inteligência, ao instaurar a ruptura do animal que tateia e o pequeno cavalheiro instruído, entre o Senso Comum e a Ciência. (RANCIÈRE, 2020, p. 25).

O Autor ainda reforça que “por detrás da relação pedagógica estabelecida entre a ignorância e a ciência, seria preciso reconhecer a relação filosófica, muito mais fundamental, entre o embrutecimento e emancipação.” (RANCIÈRE, 2020, p. 32).

Sobretudo, é importante deixar claro que Rancière não está apenas questionando desigualdades como casta, classe, gênero etc. que existem, mas ele está levando todos esses debates de volta à própria assimetria entre o professor e o aluno. Não significa que o autor esteja falando sobre igualdade absoluta em tudo. Na verdade, ele está argumentando contra as noções modernas de igualdade absoluta e contra o ‘objetivo igualdade’.



Os amigos da igualdade não têm que instruir o povo, para aproximá-lo da igualdade, eles têm que emancipar as inteligências, têm que obrigar a quem quer que seja a verificar a igualdade de inteligências. Não se trata de uma questão de método, no sentido de formas particulares de aprendizagem, trata-se de uma questão propriamente filosófica: saber se o ato mesmo de receber a palavra do mestre - a palavra do outro - é um testemunho de igualdade ou de desigualdade. É uma questão política: saber se o sistema de ensino tem por pressuposto uma desigualdade a ser 'reduzida', ou uma igualdade a ser verificada. É por isto que o discurso de Jacotot é o mais atual possível. (RANCIÈRE, 2020, p. 12).

Não é simplesmente objetivar a igualdade, pois, segundo Rancière:

Bastaria aprender a ser homens iguais em uma sociedade desigual – é isto que *emancipar* significa. Esta coisa tão simples é, no entanto, a mais difícil de compreender, sobretudo desde a nova explicação – o progresso – misturou, de forma inextricável, a igualdade e seu contrário. A tarefa à qual as capacidades e os corações republicanos se consagram é construir uma sociedade igual com homens desiguais, *reduzir* indefinidamente a desigualdade. (RANCIÈRE, 2020, p. 183, grifos do autor)

Portanto, para Rancière, em vez de fazer da igualdade um objetivo, "igualdade" deve ser pensada como uma pressuposição, um ponto de partida através do qual as diferenças devem ser consideradas, conforme ele mesmo diz: “Nosso problema, contudo, não é provar que todas as inteligências são iguais. É ver o que se pode fazer a partir dessa suposição. E para isso, basta-nos que essa opinião seja possível, isto é, que nenhuma verdade contrária seja demonstrada. (RANCIÈRE, 2020, p. 72).

A pedagogia pela qual somos guiados e instruídos, inspirada no método cartesiano, é responsável por dividir e diferenciar a inteligência humana, pois acredita que está pautada no axioma da desigualdade intelectual, mesmo em discursos pedagógicos mais modernos, que continuam a manter a crença de que existe etapas no desenvolvimento da inteligência, de modo que a inteligência de uma criança seria diferente da inteligência de adultos, edificando os troncos da hierarquia criada e mantida nessas inteligências.

Segundo Rancière (2020), à medida que se inicia um afastamento da origem autônoma do entendimento, tido como um processo não erudito, cria-se uma lacuna na busca de sentido do aprender, pois o movimento inerente a todos os humanos de



aprender sem mestres (sábios, titulados a função de ensinar) é descartado. Desta forma, as qualificações do conhecimento passam a ser regidas a partir do plano de ensino clássico, na existência de alunos e professores, séries e graduações, cada um desempenhando um papel na construção do saber, que será medido e reconhecido com base no seu desempenho de cada um de seus atores. É o aprender em vias do processo metódico: há um método pelo qual se passa o conhecimento e se aprende.

Essa imobilização do processo educacional produziu o que Jacques Rancière chama de embrutecimento. A crítica à “tutoria que escraviza”, moldada pela pedagogia engessada dos “mestres sábios” perante os “alunos ignorantes” mostra que a própria aprendizagem deixou de lado sua força original.

De acordo com Rancière:

O homem — e a criança, em particular — pode ter necessidade de um mestre. Quando sua vontade não é suficientemente forte para colocá-la e mantê-la em seu caminho. Mas a sujeição é puramente de vontade a vontade. Ela se torna embrutecedora quando liga uma inteligência a uma outra inteligência (RANCIÈRE, 2020, p. 31).

Na verdade, Rancière está ciente do fato de que as coisas na natureza nunca são completamente iguais. Ele cria uma distinção entre 'vontade' e 'inteligência'. Ele concorda que há uma necessidade de haver uma hierarquia de "vontade". É a hierarquia da inteligência que ele aponta onde está o problema. O papel do professor ainda permanece, mas como forma de verificação. “Ele não verificará o que o aluno descobriu, verificará se ele buscou. Ele julgará se estava atento.” (RANCIÈRE, 2020, p. 54).

Rancière ainda afirma que, mesmo com a emancipação do aluno, o mestre tem de estar próximo, pois,

[...] não se sabe que caminho traçará o aluno, mas sabe-se de onde ele não sairá – do exercício de sua liberdade. Sabe-se, ainda, que o mestre não terá o direito de se manter longe, mas à sua porta. O aluno deve ver tudo por ele mesmo, comparar incessantemente e sempre responder à tríplice questão: o que vê? o que pensa disso? o que fazes com isso? E, assim, até o infinito. (RANCIÈRE, 2020, p. 44)



Todo o esforço do sistema explicativo é o de aperfeiçoar as explicações. (BRETAS; CRUZ. 2015) conceituam que essa preocupação exacerbada com a compreensão, típica do mestre explicador (meu aluno compreendeu?), é para Rancière a mantenedora de uma inteligência que se divide em dois mundos, o das inteligências superiores e o das inferiores. Conforme Rancière,

Explicar uma coisa a alguém é, antes de mais nada, demonstrar-lhe que não pode compreendê-la por si só. Antes de ser o ato do pedagogo, a explicação é o mito da pedagogia, a parábola do mundo dividido em espíritos sábios e ignorantes, espíritos maduros e imaturos, capazes e incapazes, inteligentes e bobos. (RANCIÈRE, 2020, p. 23-24)

A dita compreensão tão cara à lógica pedagógica vigente e alvo de todos os esforços para se aperfeiçoar as explicações é a base para um progresso no embrutecimento, sendo este entendido como: a confirmação de uma incapacidade pelo próprio ato através do qual se pretende reduzi-la. O fazer compreender que é para os pedagogos (progressistas ou tradicionais) a tarefa mais nobre do professor, torna-se para Jacotot o princípio do embrutecimento, por submeter a inteligência do aluno a do mestre.

Aquele, contudo, que foi *explicado* investirá sua inteligência em um trabalho do luto: compreender significa, para ele, compreender que nada compreenderá, a menos que lhe expliquem. Não é mais à férula que ele se submete, mas à hierarquia do mundo das inteligências (RANCIÈRE, 2020, p. 25-26, grifo do autor)

Ao contrário da lógica pedagógica vigente, na lógica emancipadora, o mestre ignorante não exerce nenhuma relação de inteligência para inteligência. Ele se coloca como uma vontade que insere o ignorante em um círculo arbitrário de onde este pode sair sozinho, que revela ao ignorante uma capacidade que já possui, inerente a toda pessoa humana, que é ser emancipado. Para Rancière: “O que pode, essencialmente, um emancipado é ser emancipador: fornecer, não a chave do saber, mas a consciência daquilo que pode uma inteligência, quando ela se considera como igual a



qualquer outra e considera qualquer outra como igual à sua.” (RANCIÈRE, 2020, p. 64).

O caminho proposto pelo Ensino Universal não é em nada uma novidade estardalheira, é na verdade a coisa mais antiga do mundo, um caminho conhecido por todos os homens. A única coisa que o Ensino Universal sugere é que cada homem o siga sem se afastar (RANCIÈRE, 2020). Para tanto, nada mais é exigido que vontade e atenção absoluta ao que se faz. Deste modo, o livro (aqui representando os dispositivos de aprendizado), funcionará como um todo que o aluno terá em mãos, um todo que poderá percorrer inteiramente com um olhar. Do qual o mestre nada poderá ocultar ao aluno, nem o aluno ao mestre, pois o livro é um todo pronto e acabado, aberto e entregue a todos os que tenham vontade de lhe conhecer e desvendar. Não é o mestre quem determinará o que o aluno deverá aprender, é o livro, enquanto objeto de conhecimento, e a vontade própria do aluno em desvendá-lo.

Portanto, podemos observar que para Rancière, a verdadeira capacidade do ensino-aprendizagem não passa pelo mérito da inteligência, mesmo sendo este o raciocínio usual e vigente, a não ser que se capacite colocá-la em uma estrutura de igualdade. A diferença proposta por ele está no fato de que a hierarquia deve passar inteiramente pela vontade, não só pela capacidade de reger a estrutura da aprendizagem, mas também por possibilitar o comportamento do conhecimento que o permite ser amplo, sem supressões, e a autonomia, que acaba por justificar sua real aquisição, que é oposto da suplantação e da dependência.

Rancière afirma que:

A inteligência não é potência de compreensão, que se encarregaria ela própria de comparar seu saber a seu objeto. Ela é potência de se fazer compreender, que passa pela verificação do outro. E somente o igual compreende o igual. *Igualdade e inteligência* são termos sinônimos, assim como *razão e vontade*. Essa sinonímia que funda a capacidade intelectual de cada homem é também aquela que torna uma sociedade em geral possível. A igualdade das inteligências é o laço comum do gênero humano, a condição necessária e suficiente para que uma sociedade de homens exista. (RANCIÈRE, 2020, p 107, grifos do autor)



Ainda sobre a vontade, que tira essa dependência de um mestre explicador, Rancière (2020, p 30, grifos do autor) diz o seguinte: “Esse método da *igualdade* era, antes de mais nada, um método da *vontade*. Podia-se aprender sozinho, e sem mestre explicador, quando se queria, pela tensão de seu próprio desejo ou pelas contingências da situação.” Essa mudança, para Rancière, de tomar a igualdade como uma meta para uma pressuposição só é possível porque há algo na própria inteligência que clama por essa igualdade. Rancière ressalta muitas vezes que é um fato que as pessoas aprendem coisas o tempo todo, sem sentir a necessidade de que os outros lhes expliquem. Isso não teria sido possível se não houvesse nada sobre inteligência que pudesse criar certas condições para a igualdade.

Quando duas pessoas se entendem, é exatamente essa igualdade que Rancière vê: “Essa sinonímia que funda a capacidade de cada homem é também aquela que torna uma sociedade em geral possível. A igualdade das inteligências é o laço comum do gênero humano, a condição necessária e suficiente para que uma sociedade de homens exista” (RANCIÈRE, 2020, p.107) E para reforçar a ideia, ele diz:

[...] a vantagem única da emancipação intelectual: cada cidadão é também um homem que realiza uma *obra*, com a pluma ou qualquer outro instrumento. Cada inferior superior é também um igual, que narra e faz com que o outro narre o que *viu*. É sempre possível trabalhar essa relação consigo mesmo, reconduzi-la à sua veracidade primeira, para despenar no homem social o homem razoável” (RANCIÈRE, 2020, p. 150, grifo do autor).

Esse tipo de noção de igualdade, especialmente no contexto das teorias de aquisição da linguagem, não é infundado hoje em dia. A maioria dos cursos de ensino de línguas baseia-se na capacidade do aluno de aprender espontaneamente uma nova língua por conta própria. Além disso, também sabemos agora que a língua nunca pode ser completamente ensinada, apenas as condições certas para aprender uma língua podem ser criadas. Essas percepções ganharam muito terreno no ensino de línguas e os argumentos para estendê-las a outras disciplinas também estão presentes.



É dessa forma que Rancière não está apenas articulando um novo modelo de ensino, mas também está mudando a forma como a sociedade reconhece o professor e sua profissão. Isso também abre caminho para as conversas de Rancière com pensadores como Bourdieu, que criticam a noção de igualdade e a descartam como algo cruel em si; A distinção de Rancière entre "igualdade" como uma pressuposição e um objetivo é útil para ele articular uma contracritica, argumentando que todas as noções de igualdade também não podem ser simplesmente deixadas de fora e rejeitadas.

Mas não é só com a igualdade que Rancière se preocupa em uma obra como essa. Por meio da igualdade, ele tenta compreender a relação que a emancipação compartilha com a educação. Para Rancière, como já vimos no decorrer do presente trabalho, a educação que não emancipa embrutece. Rancière está apontando para um problema com a afirmação de que - 'há dois níveis de inteligência, um que é usado para o trabalho acadêmico onde a razão é usada, e o outro que o homem comum usa para suas atividades diárias' - isso para ele é uma alegação falsa.

Todas essas coisas podem ser aprendidas com o meio ambiente se a criança ou o indivíduo prestar "atenção". Na verdade, essa igualdade da capacidade de cada criança ser capaz de aprender sua primeira língua, não importa o que está bem estabelecido agora.

Em todo o terceiro capítulo, Rancière se baseia no estabelecimento dessa relação entre o aprendizado formal e o aprendizado da linguagem pela criança e até mesmo outras tarefas de seu ambiente estão ligadas a isso. Isso é radicalmente diferente de como sociólogos como Pierre Bourdieu analisavam a escolaridade pelas lentes do capital cultural.

Conforme relata Rancière:

Da sociologia de Pierre Bourdieu, eles extraíram, portanto, um programa que visava reduzir as desigualdades da Escola, reduzindo a parte que cabia à grande cultura legítima, tornando-a mais convivial, mais adaptada às sociabilidades das crianças das camadas desfavorecidas, — isto é, essencialmente, dos filhos de emigrantes. Este sociologismo restrito não fazia, infelizmente, senão afirmar melhor o pressuposto central do progressivismo, que determina que aquele que sabe se faça 'acessível' aos desiguais — confirmando, desta forma, a desigualdade presente, em nome da igualdade futura (RANCIÈRE, 2020, p.13)



Para Rancière, há uma tautologia no cerne dessa análise que acaba de ser quebrada pelo próprio sociólogo, que pode revelar as estruturas opressivas subjacentes:

É preciso mostrar a causa da desigualdade, ainda que isso signifique ter que tomá-la emprestada dos protuberantes, ou limitar-se a uma tautologia. A desigualdade das inteligências explica a desigualdade das manifestações intelectuais como a *virtus dormitiva* explica os efeitos do ópio (RANCIÈRE, 2020, p.77, Grifos do autor)

Em contraste com esta proposta de que este embrutecimento das massas - um processo que mantém os alunos em seus lugares, que literalmente os mantém estúpidos e sem voz -, acontece pela própria natureza da lógica usada pelo próprio sociólogo, da qual sua análise é colocada em um pedestal sobre a vida das massas. Em contraste com isso, sua afirmação é que a emancipação não pode ocorrer por meio de reformas estruturais de uma maneira que o sistema se torne igual para todos.

Para Rancière, isso seria usar a igualdade como uma meta e nunca funcionará. Em vez disso, a proposta dele é fazer da igualdade um ponto de partida da própria discussão, uma pressuposição por meio da qual todas as outras desigualdades podem ser negociadas e envolvidas. Isso pode ser feito quando a aprendizagem é direcionada a indivíduos em vez de sociedades como um todo, conforme o próprio Rancière nos afirma: “O Ensino Universal não pode se dirigir senão a indivíduos, jamais a sociedades” (RANCIÈRE, 2020, p 146).

A mudança na discussão na comunidade de ensino que esse livro está buscando é que o ensino não deve ser sobre se o aluno aprendeu ou não, mas se ele buscou ou não. O que ele recebe de sua atenção depende totalmente dele.

A questão que o filósofo aborda em sua obra é a da 'emancipação', da 'igualdade' e da 'democracia' na educação e como estas vão ganhando importância com o passar do tempo. As desigualdades que as técnicas pedagógicas preestabelecidas produzem, não são mais vinculadas à sociedade que o sistema educacional faz parte, mas também é vista como função do próprio sistema. Nesse



contexto, obras como essas são muito importantes para serem lidas e engajadas para que novas formas de pensar sobre esses problemas possam ser encontradas.

No entanto, a exploração da educação de Rancière não leva em conta certas questões que podem fazer parecer que este livro está longe da realidade básica. Por exemplo, o argumento para não julgar os alunos pelo que eles aprenderam não decorre praticamente apenas de parar esse processo de explicação, mas de uma necessidade social de usar a educação como uma força estruturante que orienta a cidadania.

Assim, não importa como a vejamos, a educação tem uma função social, mesmo que contradiga o *ethos* do ensino universal, como aponta Rancière não se precisa conhecer o conteúdo da sua maneira complexa, mas deve saber desenvolver os recursos para acompanhar a fala do aluno. Rancière (2020) usa como ilustração um artista / gestor que não precisa saber pintar, mas que é emocional e que sabe se comunicar com seus pares, falando sobre obras e poemas que conhece, criando assim homens livres.

Conforme afirma Jacques Rancière:

A lição emancipadora do artista, oposto termo a termo à lição embrutecedora do professor, é a de que cada um de nós é artista, na medida em que adota dois procedimentos: não se contentar em ser homem de um ofício, mas pretender fazer todo trabalho um meio de expressão; não se contentar em sentir, mas buscar partilhá-lo. O artista tem necessidade de igualdade, tanto quanto o explicador tem necessidade de desigualdade. E ele esboça, assim, o modelo de uma sociedade razoável: a de relatar e de fazer experimentar aos outros aquilo pelo que se é semelhante a eles” (RANCIÈRE, 2020, p. 104)

A educação na modernidade não pode ser apenas conceituada como uma ferramenta para a emancipação individual; é também uma ferramenta de controle social. Este choque entre o "individual" e o "coletivo" não pode mais ser apenas descartado como externo ao processo de ensino-aprendizagem na modernidade. Da mesma forma, para articular o papel do professor com "ignorância", o que significa que o conhecimento da disciplina agora desempenha um papel no processo de ensino, precisa ser reexaminado e bem compreendido.

Rancière apresenta um argumento a favor do ensino, não da aprendizagem, dizendo que não é que qualquer pessoa pode aprender sem um professor. Não porque



ele discordasse dessa afirmação - tal como está, é simplesmente verdade -, mas porque não é disso que se trata. A afirmação que ele faz, é que a emancipação não depende do conhecimento (razão pela qual o argumento deve ser lido dentro dos limites da discussão sobre a emancipação intelectual). Não se baseia em uma verdade sobre a natureza do ser humano, nem em uma verdade sobre a condição objetiva daquele a ser emancipado. É por esta razão que um professor emancipatório não deve ser entendido como um professor que possui tais conhecimentos, razão pela qual o professor emancipatório é caracterizado como ignorante.

É, portanto, com o mestre ignorante que Rancière vê uma sociedade a vias da emancipação intelectual, pois conforme diz o próprio autor,

Pode-se, assim, sonhar com uma sociedade de emancipados, que seria uma sociedade de artistas. Tal sociedade, repudiaria a divisão entre aqueles que sabem e aqueles que não sabem, entre os que possuem e os que não possuem a propriedade da inteligência. (RANCIÈRE, 2020, p. 104).

Veja que, conforme vimos até aqui, a ideia de emancipação não pode ser institucionalizada, pois ao ser institucionalizada ela é pedagogizadora e embrutecedora. Ela deve ser, acima de tudo, praticada. Conforme Rancière diz:

*[...]é preciso aprender qualquer coisa e a isso relacionar todo o resto, segundo esse princípio: todas as inteligências são iguais. Deve-se anunciá-lo e estar pronto para a verificação: falar ao pobre, fazê-lo falar do que ele é e do que sabe; mostrar-lhe como instruir seu filho; copiar a oração que a criança sabe de cor; levá-la a aprender de cor o primeiro capítulo de *Telêmaco*, livro que lhe será oferecido; estar disponível para as solicitações daqueles que querem aprender com um mestre do Ensino Universal aquilo que *ele ignora*; envidar, portanto, todos os esforços para convencer o ignorante de seu poder: um discípulo de Grenoble não podia convencer uma mulher pobre e idosa a aprender a ler e a escrever. Ele, então, lhe ofereceu dinheiro para obter seu consentimento. Em cinco meses, ela aprendeu e agora emancipa seus netos. (RANCIÈRE, 2020, p. 141, grifos do autor).*

Para esta prática, é necessária a ponte, que é o mestre ignorante. Mesmo compreendendo que o indivíduo possui igualdade em inteligência, por muitas vezes é necessário mostrar que este o tem realmente. Por isso o professor é excluído no Ensino Universal, tendo um importante papel na emancipação intelectual.



4.O PAPEL DO PROFESSOR NA OBRA, O MESTRE IGNORANTE

A filosofia de Rancière é de fundamental importância para formação de professores, uma vez que este filósofo afirma que “o ato de ensinar jamais perde inteiramente a consciência dos paradoxos que lhe fornecem sentido” (RANCIÈRE, 2020, p. 9). Ele traz em seu pensamento filosófico novas categorias teóricas para indagar sobre as possíveis conexões entre educação, igualdade e emancipação. Nesse contexto, a emancipação, que vem com a vontade do aluno, consiste no “... ato de uma inteligência que só obedece a si mesma, ainda que a vontade obedeça a outra vontade” (RANCIÈRE, 2020, p. 32).

Rancière expõe que:

Para emancipar um ignorante, é preciso e suficiente que sejamos, nós mesmos, emancipados; isso é, conscientes do verdadeiro poder do espírito humano. O ignorante aprenderá sozinho o que o mestre ignora, se o mestre acredita que ele o pode, e o obriga a atualizar sua capacidade: círculo da *potência* homólogo a esse círculo da *impotência* que ligava o aluno ao explicador do velho método (que denominaremos, a partir daqui, simplesmente de *o Velho*). (RANCIÈRE, 2020, p. 34, grifos do autor)

Além disso, para emancipar é necessário um ponto chave, que é também ser emancipado e compreender a igualdade de inteligências e sua importância. Conforme afirma Jacques Rancière, “Para emancipar a outrem, é preciso que se tenha emancipado a si próprio. É preciso conhecer-se a si mesmo como viajante do espírito, semelhante a todos os outros viajantes, como sujeito intelectual que participa da potência comum dos seres intelectuais” (RANCIÈRE, 2020, p. 57).

Neste capítulo, será exposto o papel do professor na perspectiva do filósofo, em sua obra “*O mestre ignorante*”. Depois de questionar tanto as apropriações que os discursos pedagógicos fizeram das teorias reprodutivas da educação, quanto os pressupostos subjacentes às principais tendências que lutaram pela hegemonia dos discursos educacionais emancipatórios da época, Rancière vai se ocupar da principal lição que pretende transmitir, que é o real papel do Mestre dentro deste contexto, mostrando que ele é a principal ponte para indicar o caminho da emancipação e não as tais teorias reprodutivas.



O papel do mestre é inverter este sistema, de embrutecedor para emancipador intelectual. É preciso inverter essa necessidade que o mestre Explicador tem de uma “inteligência Inferior”. Conforme afirma Rancière, na revelação de Jacotot em sua experiência:

[...]é preciso inverter a lógica do sistema explicador. A explicação não é necessária para socorrer uma incapacidade de compreender. É, ao contrário, essa *incapacidade*, a ficção estruturante da concepção explicadora de mundo. É o explicador que tem necessidade do incapaz, e não o contrário, é ele que constitui o incapaz como tal. (RANCIÈRE, 2020, p.23).

Na visão de Rancière (2020) explicar coisas aos alunos é provar que eles não entenderiam nada se alguém não as explicasse. Transmitir progressivamente o conhecimento que tornará a criança igual a seus professores é reproduzir a cada passo o dispositivo que estabelece indefinidamente a distância [entre as inteligências do professor e do aluno]. É transformar a lacuna entre mais e menos conhecimento em desigualdade de inteligências.

Conforme explica Valle (2019) o centro do pensamento de Rancière, é que a inteligência e vontade são duas faculdades que estão em jogo no ato de aprender, concluindo que, se os mestres são necessários, não é por desigualdade de inteligências, mas de vontade.

Nesse sentido, diz Rancière (2020, p. 30, grifos do autor): “Esse método da igualdade era, antes de mais nada, um método da vontade. Podia-se aprender sozinho, e sem mestre explicador, quando se queria, pela tensão de seu próprio desejo ou pelas contingências da situação.”, e ainda reforça que:

Ali onde a necessidade cessa, a inteligência repousa, a menos que uma vontade mais forte se faça ouvir e diga: continua; vê o que fizeste e o que *podes* fazer se aplicares a mesma inteligência que já empregaste, investindo em toda coisa a mesma atenção, não te deixando distrair em teu caminho. (RANCIÈRE, 2020, p. 79, grifos do autor)

Hoje, mais do que nunca a formação do professor para a emancipação é necessária, pois, a forma escolar, historicamente ligada ao ideal escolar, é um espaço-tempo que visa proporcionar a cada um a oportunidade de se constituir como sujeito



singular que vive entre iguais. Porque o tempo de emancipação não é uma promessa para o futuro; é antes a possibilidade de viver o presente em diálogo com os vários mundos e tempos da experiência humana. É a hora de viver como iguais em um mundo de desigualdades.

Rancière (2020) descreve a inteligência superior, aquela que supostamente possibilita ao professor dar explicações sem as quais o aluno não pode aprender, não como uma capacidade natural que diferencia as pessoas de uma maneira platônica essencial, mas como pensar de acordo com o método correto. Ou seja, a educação estultificaste repousa sobre o pressuposto cartesiano segundo o qual, embora todo homem seja capaz de pensar, há diferença qualitativa entre o pensamento aleatório e desordenado e o pensamento rigoroso que segue regras sistemáticas.

Conforme diz Rancière:

Há [...] uma inteligência inferior e uma inteligência superior. A primeira registra as percepções ao acaso, retém, interpreta e repete empiricamente, no estreito círculo dos hábitos e das necessidades. É a inteligência da criancinha e do homem do povo. A segunda conhece as coisas por suas razões, procede por método, do simples ao complexo, da parte ao todo. É ela que permite ao mestre transmitir seus conhecimentos, adaptando-os às capacidades intelectuais do aluno, e verificar se o aluno entendeu o que acabou de aprender. Tal é o princípio da explicação. Tal será, a partir daí, para Jacotot, o princípio do embrutecimento. (RANCIÈRE, 2020, p, 24)

Rancière defende que, em contextos educacionais, a explicação se oferece como um meio para reduzir a situação de desigualdade onde quem nada sabe está em relação com quem sabe. Quando os professores explicam algo aos alunos, eles o fazem com a intenção de dar aos alunos o conhecimento e a compreensão que ainda não possuem. Nesse sentido, parece razoável pensar na explicação como a forma de superar a desigualdade entre o professor que sabe e o aluno que ainda não sabe.

Assim devemos tirar a imagem do mestre embrutecedor como um mestre com más intenções.

Conforme Rancière:

O embrutecedor não é o velho mestre obtuso que entope a cabeça de seus alunos de conhecimentos indigestos, nem o ser maléfico que pratica a dupla



verdade, para assegurar seu poder e a ordem social. Ao contrário, é exatamente por ser culto, esclarecido e de boa-fé que ele é mais eficaz. Mais ele é culto, mais se mostra evidente a ele a distância que vai de seu saber à ignorância dos ignorantes. Mais ele é esclarecido, e lhe parece óbvia a diferença que há entre tatear às escuras e buscar com método, mais ele se aplicará em substituir pelo espírito a letra, pela clareza das explicações a autoridade do livro. Antes de qualquer coisa, dir-se-á, é preciso que o aluno compreenda e, para isso, que a ele se forneçam explicações cada vez melhores. (RANCIÈRE, 2020, p. 24-25)

Nesta direção é preciso enfatizar que a figura do mestre-escola ignorante que emerge da discussão de Rancière sobre Jacotot é importante no contexto da questão de saber se o ensino tem um papel a desempenhar na educação que visa a emancipação. É importante ter esse foco em mente, ou seja, ver a figura do professor ignorante como comprometido com a questão da educação emancipatória, e não como um paradigma para todas as dimensões da educação.

Rancière argumenta, no entanto, que embora isso possa ser verdade quando olhamos para o conteúdo que está sendo transmitido do professor para o aluno, a forma como o "ato" de explicação é realizada comunica algo diferente, ou seja, que a explicação é indispensável para a aprendizagem e compreensão, isto é, que os alunos são considerados incapazes de compreender sem explicação. Conforme diz o autor: "Explicar alguma coisa a alguém é, antes de mais nada, demonstrar-lhe que não pode compreendê-la por si só." (RANCIÈRE, 2020, p. 23).

Rancière sugere que a explicação realmente encena e, de certo modo, inaugura e então confirma perpetuamente a desigualdade entre professor e aluno. Nessa configuração, não é tanto que um aluno é quem precisa de explicação. É antes que o ato de explicação constitui o aluno como aquele que é incapaz de aprender sem explicação, sem a intervenção de um 'mestre-explicador'. Para ele, o aluno, assim concebido é na verdade o produto da ordem explicativa não de sua condição. "É o explicador que tem necessidade do incapaz, e não o contrário, é ele que constitui o incapaz como tal." (RANCIÈRE, 2020, p. 23).

A ordem explicativa funda-se no mito da pedagogia, que é a parábola de um mundo dividido em mentes conhecedoras e ignorantes, os capazes e os incapazes, os inteligentes e os estúpidos. Por um lado, ele decreta o começo absoluto: só agora começará o ato de aprender. "O Ensino Universal é, em primeiro lugar, a universal



verificação do semelhante de que todos os emancipados são capazes, todos aqueles que decidiram pensar em si como homens semelhantes a qualquer outro.”

(RANCIÈRE, 2020, p. 67) Na perspectiva de Rancière (2020) a educação que nega a existência de uma inteligência superior e avança a hipótese da igualdade das inteligências deve, portanto, rejeitar a suposição de um método adequado de pensamento; a igualdade de inteligência significa igual capacidade de pensar e aprender, mas não implica que todos pensem da mesma maneira. Embora nem toda atividade mental resulte em aprendizado, o "ensino universal" necessariamente reconhece uma pluralidade de formas igualmente valiosas de pensamento, a saber, a capacidade do pensamento humano de aprender e compreender de inúmeras maneiras.

Rancière (2020) sugere que explicar algo a alguém é antes de tudo mostrar-lhe que ele não pode compreender por si mesmo, o que significa que explicar é demonstrar uma incapacidade. A explicação, então, transforma a educação em embrutecimento em vez de promover um processo de emancipação.

De acordo com Lopes (2015, p.4, grifos do autor):

Por lógica da explicação Rancière entende a operação, corriqueira nas práticas educacionais nos mais variados contextos, que se desdobra por meio prioritariamente de instruções orais, tanto para o que se deve fazer quanto para o que se deve aprender. O professor precisa explicar oralmente aquilo que está escrito e que o aluno tem de entender. Tal operação confere ao professor o poder de instaurar a compreensão, como um ato *ex nihilo*. É falando que o professor 'inaugura' o saber. E é ele quem decide o quanto é preciso explicar, ou até onde ele deve ir para que se instaure o conhecimento. Quando considera a operação suficiente, interrompe-a, de modo que a inteligência do aluno passa, supostamente, a encenar a submissão à inteligência do professor. Trata-se, portanto, de uma operação em que uma inteligência se sobrepõe a outra inteligência.

A questão que isso levanta é se é possível romper com o círculo de impotência que amarra o aluno ao explicador. Para tanto Rancière, em sua obra, sugere que isso pode de fato ser possível, mas não através da introdução de formas de explicação mais refinadas ou mais progressivas.

No entanto, como Rancière (2020) também vincula a aprendizagem ao pensamento, sugere-se que sua abordagem postula uma nova relação entre



educação e pensamento: quando o professor usa sua autoridade sobre o aluno e o força a aprender, na verdade ele o força a pensar por si mesmo, nomeadamente para desenvolver a sua própria forma única de compreender, interpretar e traduzir o assunto com as suas próprias palavras.

É importante esclarecer que a posição filosófica de Rancière é orientada para a questão de como nas relações e ambientes educacionais os alunos podem aparecer e existir como sujeitos em vez de objetos e para a questão do que isso exige do professor.

Vale salientar que o papel do educador não é libertar desvairadamente o aluno para o mundo em que ele está inserido, transferindo-o de maneira integral em seus conhecimentos, desmerecendo o que o aluno já sabia anteriormente. A função do educador é despertar o pensamento crítico nos alunos, mediante o mundo a sua volta, de modo que ele se identifique como um sujeito inserido em um contexto social, refletindo sobre suas práticas e sobre os acontecimentos à sua volta, compreendendo-o como um sujeito ativo e transformador do mundo.

O argumento de Rancière não é, portanto, nem um argumento contra a educação como transmissão de conhecimento ou a educação como explicação - esses modos de educação são perfeitamente aceitáveis se a ambição é transmitir conhecimento ou trazer compreensão - nem um argumento para um tipo de sala de aula construtivista em que o professor está presente apenas como facilitador da aprendizagem, mas não tem mais o que ensinar e não tem mais permissão para ensinar.

Rancière mantém um papel-chave para o professor, não, porém, como aquele que dá aos emancipados o conhecimento sobre a sua condição objetiva ou autêntica - razão pela qual o mestre-escola emancipatório é ignorante, mas mediante uma determinada intervenção ou interrupção, que, segundo ele, proíbe a quem se emancipar a satisfação de afirmar que é incapaz de aprender, pensar e agir por si mesmo.

A opressão, portanto, aparece como a crença de que alguém é incapaz de aprender, pensar e agir por si mesmo - uma rejeição da própria liberdade - e a emancipação diz respeito a revelar uma inteligência para si mesmo ou em uma



formulação mais precisa, interromper e recusar a negação do aluno de sua própria liberdade

Para Rancière a emancipação não depende de uma verdade a ser transmitida do professor para o aluno e, portanto, o professor emancipatório aparece como ignorante.

Na interpretação da dinâmica da educação que ele discute parece ter mudado de um foco no ensino emancipatório para uma explicação mais geral da educação como uma situação de ensino-aprendizagem, ou como a chamei acima, uma teoria geral de instrução. E o relato que ele faz se aproxima de uma leitura construtivista, onde a dinâmica da educação não é a de transmissão de conhecimento do professor para o aluno, mas aquela em que os alunos aprendem por meio do que se pode chamar de tentativa e erro.

A sociedade moderna à qual Rancière se refere foi uma sociedade pedagogizada em que a dominação material se desdobrou em uma dominação espiritual, cultural e científica. Para Rancière (2020), a virtude do mestre ignorante é saber que um sábio não é um mestre, um mestre não é um cidadão, um cidadão não é um sábio. Em suma, uma sociedade permanentemente dividida entre sábios e ignorantes, entre ativos e passivos, entre seus membros plenos e excluídos.

Em seu estudo sobre a relação entre formação docente e filosofia, Farina (2008) enfatiza que a formação docente se dá relacional e compartilhada, sendo apoiada no que Rancière chama de experiência estética com implicações políticas.

E ainda sobre a importância da filosofia de Rancière para a formação de docente, Amaral (2018, p.2) argumenta que;

Todos os pedagogos, todos aqueles que pertencem ao mundo da educação e, de forma geral, todos os cidadãos que querem preservar a democracia precisam meditar profundamente essas relações e assumir as posições que se fazem necessárias para que nosso mundo sobreviva à sede inextinguível de lucro que caracteriza hoje em dia os sistemas produtivos.

Desse modo, alguns dos conceitos da filosofia de Rancière pode ser aplicada ao campo de formação continuada de professores, pois, possibilita a reflexão sobre como construir a igualdade a partir da desigualdade já existente. Para os autores,



reconhecendo estas desigualdades é preciso operar em contextos periféricos para montagens de percursos formativos, especialmente com abertura à dimensão estética, a saber, aos sentidos do olhar, do sentir, do perceber, do aprender, dos saberes e fazeres docentes.

Para Honorato et al (2018) a formação de professores fundamentada na obra de Rancière é importante, para que se possa compreender os professores como espectadores emancipados, que a partir das experiências que vivenciam tornam-se ativos, oferecendo sua própria tradução, se apropriando das histórias e fazendo a sua própria história.

Assim sendo, o método de Rancière pode ajudar o professor de filosofia (e muitos outros) a reinterpretar a relação professor-aluno e remodelar o seu plano didático. Pensando em emancipação intelectual, percebe-se como este método é uma técnica superior às demais, especialmente por quebrar o preconceito da desigualdade intelectual, não entre os alunos, mas sim entre todos, sobretudo, entre o mestre e o aprendiz no cotidiano educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso feito neste trabalho, procurou mostrar na obra do filósofo Jacques Rancière, *O Mestre Ignorante*, o método do Ensino Universal, que foi descoberto por acaso pelo pedagogo Joseph Jacotot, método este que pode ser utilizado não só por professores de Filosofia, como também professores de qualquer área.

O método, fundado no princípio da igualdade de inteligências é sobretudo uma crítica à um sistema (ou sociedade) pedagogizante, que não se faz apenas no momento em que se passa a “aventura intelectual” de Jacotot, mas também chega aos dias atuais, já que o método pedagogizante ainda prevalece.

Rancière, com esta obra levanta pontos importantes acerca da hierarquização social, e mais precisamente pedagógica, mostrando por que e como deve-se quebrar essas amarras da desigualdade.

É importante frisar que não se fala apenas e exclusivamente das desigualdades impostas pelo brutal sistema econômico do qual vivemos hoje e sim de uma desigualdade de inteligência institucionalizada, que pressupõe dois tipos de



inteligência: superior e inferior. Poderíamos citar tal desigualdade em várias esferas da sociedade, mas no ensino, especificamente, é entre o professor e o aluno que prevalece tal desigualdade de inteligência, onde o professor que utiliza do método explicador que embrutece é o superior e o aluno é o inferior. Este é um método que o mestre explicador depende de uma mente “inferior” para existir.

Na contramão do método embrutecedor, o método de Jacotot, o método Universal, é um método que depende da vontade de aprender, sem depender de outro para o tal.

Apesar de enfatizar a capacidade de inteligência e de autoinstrução dos indivíduos, a figura do professor não é excluída, muito pelo contrário, ela tem o papel muito importante que é de ser a “ponte” que direciona o indivíduo a fazer suas próprias descobertas. Isso é importante porque aqui o professor faz seu papel de ignorante, dando a oportunidade de o educando aprender o que possivelmente o próprio professor não sabe. Conforme disse Rancière: “Quem busca, sempre encontra. Não encontra necessariamente aquilo que buscava, menos ainda aquilo que *é preciso encontrar*. Mas encontra alguma coisa nova, a relacionar à *coisa* que já conhece.” (RANCIÈRE, 2020, p. 56, grifo do autor). Este é um método de descoberta que trabalha a potencialidade do indivíduo. Um ponto muito importante é que o professor, no método Universal também tem de ser emancipado intelectualmente, pois apenas um indivíduo emancipado é capaz de emancipar.

Como já mencionado, o professor, no método de Ensino Universal, não seria dispensado, visto que estamos falando de um indivíduo que aprende por si só, pois o professor se fará necessário em seu papel de “ponte”, conduzindo, instigando, potencializando e despertando vontade no aluno quando esta nele se apaga, e o mais importante é que, para chegar a tal nível de esclarecimento do aluno, ele (o aluno) precisa *compreender*.

É pensando nisso que o professor de Filosofia deve reinterpretar a relação professor-aluno e remodelar sua didática, dispensando o método embrutecedor, que é o método tradicional explicador.

Este método, como se procurou mostrar aqui, é superior aos demais, por mostrar seu real e concreto potencial de Emancipação de Inteligência e na quebra de



desigualdade intelectual. Acima de tudo é uma técnica de descoberta, algo essencial na Filosofia.

É importante frisar que tal técnica deve ser adotada individualmente, e não como um método pedagogizante institucionalizado, ou seja, não é um método que funcionará se aplicado de forma coletiva, sendo distribuída pelo Estado. A instrução, conforme Rancière, não é papel do estado; é papel do próprio indivíduo, mas com o professor como ponte e potencializador da Emancipação Intelectual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AMARAL, Aimberê Guilherme Quintiliano Rocha do. *Jacques Rancière - escola, produção, igualdade*. **Pro-Posições**, v. 29, n. 3 (88) |set./dez. 2018

BOTO, Carlota. **A escola do homem novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa**. 1. ed. São Paulo: Unesp, 1996.

BOXUS, Dominique M.P.G. *A França No Século XIX História, Literatura E Arte. Uma Contribuição Para Os Estudos Em Literatura Comparada No Brasil*. **A Palo Seco-Escritos de Filosofia e Literatura**, n. 2, 2010.

BRASIL. **lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm (Acesso em 12 de jan. 2021).

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm (Acesso em 12 de jan. 2021)

BRETAS, S. A.; CRUZ, C. S. *O mestre e o aprendiz como iguais: a potência da vontade e da inteligência humana em Rancière*. In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 63, p. 210-232, jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8641179> (Acesso em: 10 out. 2021)

CASTILLO, Xavier Laudo. *Educación y emancipación: de la experiencia de Jacotot a la expectativa de Rancière*. **Educació i història: Revista d'història de l'educació**, 2013, Issue 21, pp.65-87. Disponível em: http://link.periodicos.capes.gov.br/sfxlcl41?ctx_ver=Z39.88-2004&ctx_enc=info:ofi/enc:UTF-8&ctx_tim=2016-07-28 (Acesso em: 10. out. 2021).

CERLETTI, Alejandro A. La política del maestro ignorante: la lección de Rancière. **Educación & Sociedad**, 01 April 2003, Vol.24(82), pp.299-308. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a21v24n82.pdf> (Acesso em: 10. Out. 2021).



FARINA, Cynthia. Formação continuada e estética do descontínuo. arte contemporânea e professoras de arte, 2008.– **IF-Sul**. Disponível em: <http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT24-6345--Int.pdf> (Acesso em 22 jan. 2021)

HONORATO, Aurélia Regina de Souza et al. **Programa de formação continuada: reinventando a docência**. 2018. Disponível em: <https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/cidu/assets/edicoes/2018/arquivos/311.pdf> (Acesso em 22 jan. 2021)

JÓDAR Francisco; GÓMEZ Lucía. *Emancipación e igualdad: aspectos sociopolíticos de una experiencia pedagógica*. **Educación & Sociedad**, 01 January 2003, Vol.24(82), pp.241-250. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a14v24n82.pdf>. (Acesso em: 10.out.2021)

LOPES, Carlos Renato. Livro Didático e a Pedagogia do Mestre Ignorante. **Trab. Linguística Aplicada. Campinas**, V. 54, n. 2, p. 223-243, Sept. 2015 .

RANCIÈRE, Jacques. **O Mestre Ignorante: Cinco lições sobre a emancipação intelectual**. Trad. Lílian do Valle. 3ª ed. 10. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

NOGUEIRA, Suêdson R.; CIRINO, Maria Reilta D. O Mestre Ignorante de Jacques Rancière: um caminho para aprendizagem da Filosofia no ensino médio. In: **Revista Dialectus-Revista de Filosofia**, ano 9, número 20 (especial) 2020, p.133-153

TONIATTI, Tadeu Bernardes de Souza. O Ensino Universal, uma discursividade a traduzir. In: TONIATTI, Tadeu Bernardes de Souza. **Ensino Universal – Língua Materna: uma tradução de Jacotot contra o monopólio da violência simbólica**. 2015, 190 f. Dissertação (Mestrado em Línguas Estrangeiras e Tradução) - Universidade de Brasília, Brasília, pp. 45-74. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19084/1/2015_TadeuBernardesdeSouzaTonatti.pdf (Acesso em: 10. out. 2021).

VALLE, Lílian de Aragão Bastos do. O Mestre Ignorante e outras Histórias sobre a Escola. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 44, n. 4, e90064, 2019

